

## **V O T O D O R E L A T O R**

=====

**ACÓRDÃO PROC. NU. 01170.2006.005.13.00-6**

**RECURSO ORDINÁRIO**

**RECORRENTES: MULTIBANK S/A E LEMON BANK BANCO MÚLTIPLO S/A  
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**RELATORA: JUÍZA HERMINEGILDA LEITE MACHADO**

**REVISOR: JUIZ EDVALDO DE ANDRADE**

**E M E N T A: EMPRESA QUE ATUA EM ÂMBITO NACIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM OBJETIVOS DE ATINGIR TODAS AS UNIDADES DA EMPRESA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO LUGAR DA SEDE DA DEMANDANDA. EX VI DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 7.347/85.**

Em sendo alegado ocorrência de dano em todas as agências bancárias da instituição que atua em nível nacional, a competência territorial não pode ser deslocada para a do campo funcional, uma vez que, como o dano é de ordem nacional e o provimento jurisdicional pretendido tem alcance igualmente nacional, a competência para dirimir o feito é de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal. Preliminar acolhida para declinar a competência originária de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal para processar e julgar a presente lide.

**(CASO ULTRAPASSADA)**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. SEGURANÇA BANCÁRIA. LEGITIMIDADE.** A pretensão do Ministério Público do Trabalho deduzida na ação civil pública, relativa à imposição aos reclamados, enquanto equiparados à Bancos, de obrigação de fazer, no sentido de instalar mecanismos de segurança em suas agências, encontra respaldo no art. 2º da Lei nº 7.12/83. É possível o enquadramento dos mecanismos de segurança postuladas como equipamentos

ou artefatos que retardam ou possibilitam a identificação de eventual assaltante. O escopo da ação não é a proteção aos consumidores, mas a prevenção na ocorrência de assaltos, com a diminuição dos riscos de ferimento e morte dos trabalhadores/bancários vítimas de assalto. Nessa esteira de entendimento, a pretensão tem apoio no art. 19, § 1º, da Lei nº 8.213/91, que preceitua ser a empresa "responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador".

**CONTRATO DE FRANQUIA COM INTÚITO DE BURLAR A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. INADMISSIBILIDADE. VEDAÇÃO.** Uma vez constatado que os contratos de franquias, celebrados pelos reclamados têm por objetivo burlar a legislação trabalhista, é de se empreender medidas obstativas de suas celebrações. Recurso dos reclamados desprovidos. Recurso adesivo desprovido.

. Vistos etc.

Tratam-se de recursos ordinários provenientes da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB, em que litigam, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, na condição de autor, e MULTIBANK S/A. e o LEMON BANK BANCO MÚLTIPLO S/A, como réus.

No sentenciado às fls. 684/697, o Juiz de Primeiro Grau rejeitou as preliminares de: incompetência da Justiça do Trabalho, em razão da matéria; ilegitimidade do MPT para propor à ação; de inépcia da inicial; de nulidade por cerceamento de defesa; e de impossibilidade jurídica da concessão da liminar prevista no artigo 12 da Lei nº 7.347/85, e, no mérito, julgou procedente, em parte, a ação para determinar aos reclamados que adotassem as seguintes medidas de segurança: Contratação de pessoas adequadamente preparadas na qualificação de vigilante, alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I) equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes; II) artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; III) cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Determinou que as medidas supras fossem cumpridas no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00.

Custas no importe de R\$1.000,00 (mil reais), calculadas sobre R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), valor atribuído à causa, pelos reclamados.

Os reclamados opuseram embargos de declaração, fls. 703/711 e 712/719, os quais foram julgados à fl. 721, resultando rejeitados.

Recurso ordinário do Multibank, fls. 724/775, suscitando, inicialmente, as seguintes preliminares: nulidade das sentença proferidas pelo Juízo de 1º Grau, por ausência de fundamentação da decisão que julgou os embargos de declaração, o que resulta na omissão de prestação jurisdicional; e de nulidade da sentença por julgamento extra petita, no tocante ao item "IV" da mesma, que declarou ilegais os contratos de franquia empresarial firmados pelo Multibank S/A e, caso a nulidade não seja colhida, que seja expungida da decisão o referido item.

No mérito, afirma que os contratos de correspondente firmado entre o Lemon Bank Banco Múltiplo S/A e o Multibank S/A, assim como os pactos contratuais de substabelecimento subscrito pelo segundo nomeado e seus franqueadores, revestem-se de plena legalidade. Noutro aspecto, afirma que houve equívoco de interpretação, por parte do julgador de 1ª Instância, quanto ao artigo 3º da Resolução nº 3.110/2003. Diz ainda, que jamais efetuou a alienação de veículos integrantes do acervo patrimonial da segunda (SAELPA), ao contrário do que afirmou a sentença recorrida, pois, na verdade, o que aconteceu foi que a SAELPA alienou veículos do seu patrimônio e contratou a recorrente para que a mesma arrecadasse, transportasse, guardasse e depositasse a receita advinda dessa alienação, sem guardar, assim, qualquer nexos com a condição de correspondente. Além do que, na pactuação firmada com a SAELPA, ela, recorrente, figura como típica prestadora de serviços. Afirma que idêntico raciocínio deve ser tido em relação a CAGEPA.

Portanto, assegura o recorrente, jamais houve violação ao contido no artigo 4º, item V, da Resolução 3110/2003. Também afirma que não pode ser enquadrada nas disposições emergentes do art. 17 da Lei 4.594/1964, que regula as instituições financeiras, o que redundaria em afirmar que inexiste afronta a Resolução 3110/2003.

O recorrente questiona, ainda, os aspectos da decisão que considerou contraditórias as datas de efetivação do contrato de correspondência bancária e a data da edição da Resolução 3110/2003. Também afirma ser desnecessária autorização do Banco Central para efetivação de contrato de correspondente bancário, em determinadas condições, como é o seu caso com o Lemon Bank. Alega, assim, que tem como objetivo social receber o pagamento de contas de energia, água, telefone, mensalidades escolares, etc., sem qualquer característica de instituição financeira, cujo contrato é autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Por outro lado, afirma que somente com a conjugação dos três pressupostos do "caput" do artigo 17 da Lei nº 4595/64, quais sejam: coleta, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, se terá caracterizada atividade privativa de instituição financeira.

Com relação aos contratos firmados com seus franqueados, afirma que todos encontram-se sob o manto da legalidade.

Por fim, se insurge contra a parte da sentença que declarou o alcance dos seus efeitos a todas as agências e postos de atendimento das reclamadas. Segundo a recorrente, os efeitos da decisão não pode ultrapassar os limites da jurisdição do Juízo da 5ª Vara desta Capital. Por tal motivo, pede que os efeitos da condenação seja limitada a referida jurisdição. Acrescenta que o Lemon Bank, realmente, se enquadra na condição de instituição financeira, porém, ela não.

Por suas razões, pugna pela reforma da decisão.

Custas processuais e depósito recursal pagos, fls. 774/775.

O Lemon Bank também recorre às fls. 776/821, alegando, basicamente, os mesmos argumentos do recurso ordinário do Multibank.

Custas processuais e depósito recursal pagos, fls. 822/823.

Notificado para contra-arrazoar os recursos, o Ministério Público do Trabalho limitou-se a apresentar recurso adesivo, conforme fls. 832/839.

Nas razões do recurso adesivo, o recorrente pugna pela declaração de inconstitucionalidade da Resolução 3.110/03 do BACEN, vez que a mesma cria vantagem desarrazoada a um determinado ramo de atividade, em detrimento de outros, o que se choca com o princípio da isonomia insculpida no artigo 5º da CF. Também se insurge contra o indeferimento do seu pleito, no sentido de se determinar às recorridas que se abstenham de terceirizar seus serviços. No mais, alega que a sentença atrelou os seus efeitos após o seu trânsito em julgado. Diz que esta restrição choca-se com o disposto no artigo 899 da CLT, no que diz respeito aos efeitos do recurso.

Pugna, ainda, pela antecipação dos efeitos da tutela de mérito.

Contra-razões pelo Lemon Bank às fls. 842/862, e pelo Multibank às fls. 863/884.

Petição do MPT à fls. 893, requerendo a juntada de documentos.

É o relatório.

V O T O

Conheço dos recursos ordinários das reclamadas, posto que atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Por tratar-se de idêntica matéria, cujas insurgências são praticamente comuns, passo a analisá-los conjuntamente.

## DAS PRELIMINARES

(Esta preliminar foi acrescentada até o final em negrito)

### **PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DO LUGAR, SUSCITADA PELO RECORRENTE MULTIBANK S/A**

O Multibank S/A., peticionou às fls. 905/910, suscitando a incompetência absoluta das Varas do Trabalho desta Capital, em razão do lugar. Fundamenta sua arguição no artigo 113 do CPC c/c o artigo 2º da Lei nº 7.347/85.

Segundo o recorrente, o pedido autoral é extensivo a todas as suas agências, e como a tutela jurisdicional pretendida não delimita, claramente, o Estado da Paraíba, a competência para julgar a presente lide é de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal.

Por suas razões, pugna pela declaração da incompetência da 5ª Vara do Trabalho desta Capital e, conseqüentemente, pela declinação da competência para uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal.

Assiste-lhe razão.

Apesar da questão de incompetência ter sido argüida após a interposição do recurso ordinário, não vejo óbice ao seu conhecimento, vez que suscitada antes do julgamento do recurso.

Por outro lado, por se tratar de incompetência absoluta, entendo que a mesma pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, nos termos do artigo 113 do CPC.

Assim, passo a analisar a matéria como questão prejudicial de análise meritória.

Na petição inicial, fl. 11, item 3.1, o autor formula o seguinte pedido, verbis:

"A imposição de obrigação aos réus, no sentido de cumprir as medidas preconizadas no Art. 2º, caput e ao menos um dos dispositivos de segurança previsto nos incisos I, II e I da Lei 7.102/83, em todas as agências do Multibank S/A e em todas as agências dos respectivos franqueados" (Sem grifos o original)

Vê-se, pois, de forma clara e cristalina, que o pedido é abrangente a todas as agências do Multibank S/A e em todas as agências dos respectivos franqueados.

É sabido que o Multibank S/A tem agências e agentes franqueados em todo o território nacional, e não apenas no Estado da Paraíba.

Por outro lado, de acordo com a petição inicial, o dano alegado não é um caso isolado que está ocorrendo na Paraíba, mas, também, em todas as agências do Multibank S/A, o que significa entender em todas as agências espalhadas por todo o território nacional.

Segundo o artigo 2º da Lei nº 7.347/85, que rege as ações civil públicas, "As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer dano, cujo Juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa".

In casu, se o dano alegado estivesse ocorrendo de forma isolada nas agências da Capital, ou até mesmo nas agências do Estado da Paraíba, a competência, em razão do lugar, seria de qualquer Vara do Trabalho da jurisdição do TRT da 13ª Região, onde o respectivo dono esteja ocorrendo. Porém, como está sendo alegado que o dano está ocorrendo em todas as agências do Multibank S/A, entendo que a regra do artigo 2º da Lei nº 7.347/85, não tem aplicação sobre uma das Varas do Trabalho desta Capital.

A competência, no caso presente, é territorial, e não apenas funcional.

A Orientação Jurisprudencial (OJ 130) da Subseção 2 de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, foi vazada nos seguintes termos:

"Ação civil pública. Competência territorial. Extensão do dano causado ou a ser reparado. Aplicação analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal." (DJU 04.05.2004)

Pelo que deduz-se do artigo 2º da Lei nº 7.347/85, sendo de natureza funcional e, portanto, absoluta, a competência territorial em ação civil pública não admite prorrogação.

Aliás, neste sentido é o escólio do Professor e Ilustre Procurador Regional do Trabalho, Dr. Márcio Roberto de Freitas Evangelista, em trabalho publicado no Juris Síntese nº 56 - OUT/NOV de 200 ???? intitulado de "COMPETÊNCIA TERRITORIAL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NECESSIDADE DE IMEDIATA REVISÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 130 DA SBDI-2 DO TST".

Afirma o eminente mestre, no trabalho acima mencionado, o seguinte:

"Portanto, se ajuizada ação civil pública perante órgão que, no âmbito de sua competência territorial, não abriga qualquer localidade efetivamente atingida pelo dano ou potencialmente sujeita aos efeitos nocivos do(s) ilícito(s) combatido(s) na demanda, deverá o juízo processante declarar de ofício a sua incompetência, como prescreve o art. 113 do CPC, subsidiariamente aplicável à hipótese (Lei nº 7.347/85, art. 19):

"Art. 113. A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção."

Fixada essa premissa fundamental - a de que a competência em estudo pressupõe, necessariamente, a efetiva ou potencial ocorrência do dano no círculo territorial de atuação do juízo processante -, cumpre perquirir as razões que inspiraram o legislador no estabelecimento do critério previsto no art. 2º da Lei da Ação Civil Pública".

Feitas estas digressões, volta-se à interpretação do pedido.

O pedido é claro ao pretender provimento jurisdicional abrangente a todas as agências do Multibank, cuja empresa tem agências e sucursais em todo o território nacional. Logo, de acordo com o pedido exordial, o Juízo territorial competente é o de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal.

Por estes motivos, acolho a preliminar para, anulando os atos praticados pelo Juízo da 5ª Vara do Trabalho desta Capital, declarar competente, para processar e julgar a presente lide, uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal, devendo os autos serem remetidos para a Distribuição dos Feitos de Brasília-DF, para fins de redistribuição.

(Caso ultrapassada a preliminar)

**PRELIMINAR DE NULIDADE DAS SENTENÇAS, POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, ARGÜIDAS PELOS RECORRENTES.**

Os recorrentes suscitam a preliminar em tela, ao fundamento de que as sentenças padecem de fundamentação, notadamente a decisão que julgou os embargos de declaração, o que resulta na omissão de prestação jurisdicional.

A preliminar não prospera.

Na sentença que julgou a causa, a Juíza de 1º grau expôs seu entendimento de forma clara e exaustiva. Já na decisão que julgou os embargos de declaração das partes, a Magistrada cingiu-se a afirmar que apreciou todas as questões suscitadas pelas partes. Também afirmou que as partes pretendiam provocar o reexame de matéria já decidida, por tal razão, rejeitou os embargos de declaração.

Do exame dos fundamentos jurídicos ou razões de decidir colocados no decisum, ao contrário do que sustentam as recorrentes, tem-se que a r. sentença recorrida prestou observância à disposição do art. 458 do CPC, de forma a tornar completa a prestação jurisdicional reclamada.

Para começar, a questão relativa à caracterização e enquadramento do Multibank como instituição financeira pelo Juízo a quo, decorreu de entendimento fundamentado da Juíza que prolatou a decisão.

Na decisão proferida nos embargos de declaração, o Juízo a quo entendeu que já havia se pronunciado sobre a questão de forma incisiva e que era dispiciendo uma nova reapreciação da questão, pelo menos de sua parte, já que tal constituiria pura perda de tempo e provocaria retardamento na boa prestação jurisdicional.

Na decisão que apreciou à causa, a Juíza foi bastante esclarecedora e sua decisão não comporta nenhuma nulidade, uma vez que enfrentou e dirimiu as questões que teve como relevantes, colocadas pelas partes

Por outro lado, não está o julgador adstrito à examinar exata e precisamente toda a matéria objeto da controvérsia, desde que na análise crítica que faz das questões controvertidas, possa extrair a verdade do caso concreto e aplicar, corretamente, a lei, como aqui ocorreu, e no estilo próprio de cada juiz, já que o estilo é o homem.

Ainda que se averbe a r. sentença de incompleta, "ad argumentandum", está assente, na jurisprudência, que "não é nula a sentença fundamentada sucintamente" STF - 2ª Turma - seguem-se os precedentes... (in CPC e legis. proc. em vigor, 19ª ed. RT, 1989, p. 235, de Thetonio Negrão).

Isto posto, rejeito a preliminar.

#### **NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO EXTRA PETITA, ARGÜIDA PELAS RECORRENTES.**

As recorrentes suscitam, ainda em preliminar, nulidade da sentença por julgamento extra petita, no tocante ao item "IV" da mesma, que declarou ilegais os contratos de franquia empresarial firmados pelo Multibank S/A e, caso a nulidade não seja colhida, que seja expungida da decisão o referido item.

Segundo as recorrentes, o autor não requereu a declaração de ilegalidade dos contratos de franquia celebrados pelo Multibank, razão pela qual a sentença é nula, já que decidi sobre pedido que não foi expressamente formulado pela parte.

A preliminar não merece acolhida.

É torrencial na doutrina e na jurisprudência trabalhistas o entendimento segundo o qual o julgamento extra petita não enseja a nulidade da decisão atacada, mas, tão-somente, acaso reconhecido, a extirpação da condenação da parte em excesso.

Assim, caso resulte configurado julgamento extra petita, a sentença será corrigida, não sendo necessária a sua anulação.

Rejeita-se, pois, a prefacial.

#### **DO MÉRITO**



As recorrentes afirmam que os contratos de correspondência bancária firmados entre si, bem como os substabelecimento subscrito pelo Multibank e seus franqueados se revestem de legalidade, motivos pelos quais não podem subsistir os efeitos da sentença de 1º Grau, que considerou o Multibank como instituição financeira.

A esse respeito dizem que o Multibank não é instituição financeira, nem se enquadra nas disposições emergentes do art. 17 da Lei nº 4.594/1964, uma vez que jamais exerceu os mistres de intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros.

Afirmam ainda, que o contrato de correspondência bancária por elas firmados está amparado na Resolução 3.110/2003, do Banco Central do Brasil.

Noutro aspecto, o Multibank afirma que os contratos de franqueamento por ele celebrados também se revestem de legalidade, a exemplo dos contratos firmados com a SAELPA e a CAGEPA.

Por fim, se insurge contra a parte da sentença que declarou o alcance dos seus efeitos a todas as agências e postos de atendimento das reclamadas. Segundo a recorrente, os efeitos da decisão não pode ultrapassar os limites da jurisdição do Juízo da 5ª Vara desta Capital. Por tal motivo, pede que os efeitos da condenação seja limitada a referida jurisdição. Acrescenta que o Lemon Bank, realmente, se enquadra na condição de instituição financeira, porém, ela não.

Pugnam pela reforma da decisão de 1º Grau.

Não lhes assistem razão.

Para melhor deslinde da controvérsia, faz necessário uma breve digressão sobre a preente ação.

O Ministério Público do Trabalho ingressou com a presente ação civil pública, objetivando compelir os reclamados a implementarem medidas de segurança nas sua agências, a fim de diminuir-se os riscos de mortes dos seus empregados, em casos de roubos ou assaltos.

Os reclamados foram considerados como bancos (instituições financeiras), além do que, integrantes do mesmo grupo econômico, razão pela qual a ação foi julgada procedente em parte.

No tocante a formação de grupo econômico pelos reclamados, a questão já está pacificada neste Tribunal, no sentido de que, realmente, formam um só grupo e têm características de banco.

O LEMON BANK defende-se, alegando que o contrato de correspondência bancária firmado com o MULTIBANK é legal e reconhecido pelo Banco Central.

Da documentação acostada aos autos, verifica-se que o LEMON BANK, através do contrato de fls. 298/306, concedeu ao MULTIBANK a execução de algumas atividades-fim relativas a um banco, como por exemplo: abertura de contas e poupança, propaganda e publicidade, recebimentos e pagamentos diversos, entre outros.

O que se extrai dos autos, é que o segundo reclamado não possui autorização legal para atuar como correspondente bancário (previsto no § 2º do art. 1º da Resolução n 3.110/2003), conforme observado em outros processos julgados nesta Corte Trabalhista.

Se não bastasse isto, verifica-se que o primeiro reclamado é acionista majoritário do segundo reclamado, detendo 80% de suas cotas, assim como, os diretores, executivo e financeiro, das duas empresas, são os mesmos, demonstrando tratar-se de um grupo econômico e não de empresas autônomas com contratos de franquia.

Resta demonstrada nos autos, a prestação de serviços direcionada dos empregados do Multibank ao Lemon Bank, o qual detinha ingerência sobre aquele, inclusive com o pagamento dos salários daqueles empregados (do Multibank) em contas correntes do Lemon Bank, beneficiando-se da empresa interposta para alcançar seus fins.

Há, ainda, nos autos, um contrato de locação de serviços da Associação de Proprietários de Agência Multibank - ASPAMBANK - com a empresa EQUIPE ESCOLTA DE APOIO LTDA, fls. 105/106, para prestação de serviços de segurança humana nas agências Multibank.

Estranho é que referido contrato tenha sido ajustado no dia 26 de julho de 2000, quando a referida associação ainda não existia no mundo jurídico, eis que a mesma foi fundada em 29 de julho de 2000.

A Lei nº 7.102/83 e Sumula nº 331 do TST autorizam a terceirização de serviços de vigilância, através de empresa interposta. Entretanto, tais serviços não devem estar ligados à atividade-fim do tomador de serviços, nem tampouco estar presentes a pessoalidade e subordinação direta.

No caso, o que se conclui, é que as empresas foram constituídas com a intenção de burlar as leis trabalhistas e sociais relativas dos contratos de trabalho dos empregados que prestavam serviços de segurança para os reclamados.

Contudo, a questão principal, na presente lide, diz respeito à atividade comercial desenvolvida pelos reclamados. Conforme já afirmado acima, está sedimentado no âmbito deste Tribunal, que as agências do Multibank funcionam como filiais do Banco Lemon Bank.

Chegando a esta conclusão, correta a decisão de 1ª Instância que impôs aos reclamados obrigações de tomar medidas de segurança para proteção dos seus empregados.

Desse modo, a pretensão do Ministério Público do Trabalho deduzida na ação civil pública, relativa à imposição aos reclamados, enquanto equiparados à Bancos, de obrigação de fazer, no sentido de instalar mecanismos de segurança em suas agências, encontra respaldo no art. 2º da Lei nº 7.12/83. É possível o enquadramento dos mecanismos de segurança postuladas como equipamentos ou artefatos que retardam ou possibilitam a identificação de eventual assaltante. O escopo da ação não é a proteção aos consumidores, mas a prevenção na ocorrência de assaltos, com a diminuição dos riscos de ferimento e morte dos trabalhadores/bancários vítimas de assalto. Nessa esteira de entendimento, a pretensão tem apoio no art. 19, § 1º, da Lei nº 8.213/91, que preceitua ser a empresa "responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador".

De se registrar que o fato de o Multibank firmar contratos de prestação de serviços com empresas privadas ou de economia mista, para recebimento de conta e guarda de valores, não retira sua condição de filiado do grupo econômico do Lemon Bank, nem altera sua caracterização como instituição financeira, pois, está comprovado nos autos que sua criação seu deu com o objetivo de representar o Lemon Bank, sendo, inclusive, comuns os seus sócios proprietários.

Contudo, o artigo 17 da Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional, dispõe que "consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros".

No tocante a necessidade de implementação de normas de segurança pelos reclamados em suas agências, decidiu correto o Juízo de 1º Grau.

Aliás, corroborando este entendimento, o C. TST decidiu da seguinte forma, verbis:

**EMBARGOS - COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SEGURANÇA BANCÁRIA - INSTALAÇÃO DE PORTAS GIRATÓRIAS** - A imposição da obrigação de fazer ao Banco, para instalação de portas giratórias impeditivas da entrada de pessoas portadoras de objetos de metal de determinada massa, possui respaldo legal nos arts. 2º da Lei nº 7.102/83 e 19, § 1º, da Lei nº 8.213/91. O ordenamento jurídico vigente em matéria de segurança bancária deve ser visto sob o prisma trabalhista, não apenas pelas normas que visam à recuperação do numerário roubado, mas à prevenção do assalto, diminuindo os riscos de ferimento e morte dos bancários assaltados. A decisão da Turma, ao acolher a incompetência desta Justiça Especializada para dirimir o conflito em questão, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, violou o art. 114 da atual Carta Constitucional. Dá-se provimento ao apelo para, afastando a incidência do art. 267, inciso IV, do CPC, determinar o retorno dos autos à Turma de origem para que, superada a arguição de incompetência em razão da matéria desta Corte, seja analisado o Recurso de Revista do Reclamado, integralmente. Recurso de Embargos conhecido e

provido. (TST - E-RR 359.993/97.3/17ª R. - TP - Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula - DJU 01.04.2005 - p. 906)

Desse modo, nada a reparar na decisão, quanto ao enquadramento dos reclamados na condição de instituição financeira, bem como na obrigação de adotarem medidas de segurança, para proteção dos seus empregados.

No que concerne ao pleito de limitação da competência territorial, igualmente não assiste razão às recorrentes.

Juiz de 1º Grau decidiu a questão em relação aos reclamados em seus postos de atendimento, sem contudo, limitar os alcances da decisão.

Por sua vez, sabe-se que os reclamados mantêm postos de atendimento em todo o território do Estado da Paraíba, e porque não dizer, em quase todo o território nacional. Desse modo, a representação das rés é em quase todo o território nacional, o que implica dizer que elas podem ser acionadas em qualquer lugar onde tenham representação.

Esse fato concreto autoriza o alcance da decisão a todos os seus postos de atendimentos.

No caso em apreço, a ação civil pública objetiva proteger direitos coletivos homogêneos, logo, todos os empregados das rés serão atingidos pela decisão proferida nestes autos.

Portanto, a decisão deve atingir todos os postos de atendimentos das reclamadas, e não apenas os estabelecidos no território da jurisdição da Vara de origem.

Desse modo, nada a modificar na decisão quanto a este aspecto.

No tocante a ilegalidade nos contratos de franquias celebrados pelo Multibank, entendo que a questão é irrelevante ao ponto central.

Contudo, é de se esclarecer que referidos contratos de franquias são, realmente, ilegais, já que objetivam burlar a legislação trabalhista. Assim, sob do ponto de vista trabalhista, os contratos de franquias são nulos e suas ilegalidades podem ser declaradas pela Justiça do Trabalho.

Por todo o acima exposto, nego provimento aos recursos dos reclamados.

RECURSO ADESIVO DO MPT.

Nas razões do recurso adesivo, o recorrente pugna pela declaração de inconstitucionalidade da Resolução 3.110/03 do BACEN, vez que a mesma cria vantagem desarrazoada a um determinado ramo de atividade, em detrimento de outros,

o que se choca com o princípio da isonomia insculpida no artigo 5º da CF. Também se insurge contra o indeferimento do seu pleito, no sentido de se determinar às recorridas que se abstenham de terceirizar seus serviços. No mais, alega que a sentença atrelou os seus efeitos após o seu trânsito em julgado. Diz que esta restrição choca-se com o disposto no artigo 899 da CLT, no que diz respeito aos efeitos do recurso.

No tocante a inconstitucionalidade da Resolução 3.110/03 do BACEN, a mesma não prospera.

O recorrente entende que a Resolução supramencionada autoriza a terceirização de atividade-fim. Porém, não comungo com esse entendimento.

Em momento algum a Resolução 3.110/03 do BACEN procura legislar sobre Direito do Trabalho. O que a Resolução regula são os contratos de correspondência bancárias, celebrados por Instituições Financeiras e pessoas jurídicas autorizadas para esse fim.

De igual modo, em nenhum instante, a Resolução afasta a condição de bancário das empresas contratadas como correspondente bancário, de modo que, restando caracterizada atividade de bancário, serão aplicados os dispositivos previstos na CLT.

De se ressaltar, ademais, que no exercício do controle difuso de constitucionalidade, o Juiz deve atentar para a manutenção da integridade, da harmonia e coerência do ordenamento jurídico, buscando, tanto quanto possível, a interpretação do dispositivo legal que possibilite sua aplicação sem afrontar os princípios regedores do arcabouço legal vigente. Afinal, a inconstitucionalidade não se presume, se constata quando há ofensa direta à Lei Maior.

Ressalte-se ainda, que não há, até o momento, legislação específica que declare a ilegalidade da terceirização de atividade-fim, sendo a matéria tratada, apenas no campo da jurisprudência, de modo que, não poderia a Resolução 3.110/03 ser declarada ilegal ou inconstitucional.

Por outro lado, temos leis que admitem a terceirização de mão-de-obra, como por exemplo, a lei nº 6.019/74, que autoriza a contratação de empresas para trabalhos temporários.

Por estes motivos, não havendo no ordenamento jurídico do país seja no âmbito da Carta Magna, seja através de norma infraconstitucional à proibição expressa de terceirização de atividade-fim, não há como ser declarada a inconstitucionalidade ou ilegalidade da Resolução 3.110/03 do BACEN

No que pertine a proibição de terceirização de atividades do Lemon Bank, a pretensão não merece acolhida.

A Resolução 3.110/03 do BACEN, que autoriza os contratos de correspondência bancárias é considerada legal, logo, não se pode impor aos reclamados a obrigação de

se absterem de contratarem empresas para execução parcial de suas atividades, muito menos deixarem estas de contratarem empregados, principalmente numa época em que o desemprego impera nesta País.

O recorrente se insurge, ainda, contra a parte da decisão que condicionou a sua execução somente após o seu respectivo trânsito em julgado. Em abono à sua assertiva, alega que o artigo 899 da CLT empresa efeito apenas devolutivo aos recurso, de modo que a sentença pode ser executada de imediato. Assim, pede que seja extirpada da mesma a possibilidade de seu cumprimento somente após o seu trânsito em julgado,

Não assiste razão ao recorrente.

No caso concreto destes autos, onde a matéria discutida é considerada nova no âmbito da Justiça do Trabalho, sobre a qual não, ainda, uma posição unânime, ou até mesmo majoritária, de entendimento, deve o Juiz , usando do seu poder geral de cautela, deixar esgotar as vias recursais para permitir o cumprimento da sua decisão.

Portanto, em se tratando de obrigação de fazer, em que não há espaço para execução provisória do julgado, deve-se aguardar o trânsito em julgado da decisão, tal como expresso na decisão recorrida.

Por fim, no que diz respeito ao pedido de antecipação da tutela, deixo de acatar e deferir o pleito, pelos mesmos fundamentos acima esposados.

Não vejo, na hipótese, presentes os requisitos autorizadores da medida antecipadora.

Por estes motivos, nego provimento ao recurso adesivo.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO

Juíza Relatora

GJPM(HLM)PM

=====

**V O T O D O R E V I S O R**

=====

**ACÓRDÃO PROC. Nº 01170.2006.005.13.00-6**

**RECURSO ORDINÁRIO**

**RECORRENTE: MULTIBANK S/A, LEMON BANK BANCO MÚLTIPLO S/A E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**RECORRIDOS: OS MESMOS**

..

**VOTO DO JUIZ REVISOR**

**ADMISSIBILIDADE**

De acordo, ressaltando que existe recurso adesivo do Ministério Público do Trabalho.

**PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA, EM RAZÃO DO LUGAR  
(COMPETÊNCIA FUNCIONAL), SUSCITADA PELO RECORRENTE MULTIBANK S/A**

A prefacial foi suscitada de forma específica em relação à 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB, com fundamento no fato de o provimento judicial exarado ultrapassar os limites do Estado da Paraíba, estando alicerçada no entendimento expresso na Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-2/TST.

O recorrente alega que o MPT, ao formular seu pedido, no sentido de que fosse determinado que todos os postos de atendimento do réu fossem dotados com dispositivos de segurança, como previsto na Lei 7.102/1983, não delimitou a tutela jurisdicional ao Estado da Paraíba. Afirma que, possuindo estabelecimentos em outros estados da federação, a decisão atingiu a empresa em âmbito nacional, sendo a competência para processar e julgar o feito de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal, conforme entendimento consubstanciado na mencionada orientação.

Em se tratando de Ação Civil Pública, na realidade, a competência territorial se equipara à funcional do juízo, ex vi da lei 7.347/85, recebendo, por disposição legal, caráter absoluto. Oportuna, por conseguinte, a sua arguição nesta fase processual, para análise e julgamento por esta Corte.

De outra parte, apesar de o entendimento esposado pelo recorrente estar em consonância com a OJ 130/SDI-2/TST, não vejo ser essa a melhor hermenêutica aplicável ao comando normativo inserto no art. 2º da lei 7.347/85, que trata da competência funcional para a propositura de ação civil pública.

A referida Orientação Jurisprudencial, analisando o art. 2º da Lei 7.347/85, a partir de uma analogia com o art. 93 do Código de Defesa do Consumidor, que trata da competência territorial em função da extensão do dano causado ou a ser reparado,

dispôs que: se a extensão desse dano se limitar ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do distrito Federal.

É de se observar que as questões envolvendo competência jurisdicional devem ser dirimidas a partir de uma interpretação restrita à norma específica e, na ausência desta, pela regra geral.

Assim, não havendo lacuna na lei, a aplicação analógica é secundária, devendo servir, apenas, como forma de ampliar o sentido da norma específica, nunca a lhe dar uma extensão que não foi pretendida pelo legislador.

*In casu*, a regra específica da competência territorial para proposição de Ação Civil Pública é a do art. 2º da lei 7.347/85, que fixa o local do dano como critério para a definição da competência territorial, não existindo lacuna legal na hipótese. Nesse matiz, é inadequada a interpretação que subjaz da OJ 130/SDI-2/TST, ao atribuir a competência territorial ao foro do Distrito Federal nas hipóteses de dano considerado "supra-regional".

Observe-se que até a interpretação propriamente dita do art. 93 do CDC, pela OJ 130/SDI-2/TST, se mostra equivocada, na medida em que vulnerou o inciso II do mencionado dispositivo, que define a competência, no caso em epígrafe, de forma concorrente, ou seja, podendo ser do foro do Distrito Federal ou de uma das Varas da Capital do Estado onde ocorreu o dano.

Doutrina e jurisprudência têm combatido o posicionamento do TST consubstanciado na malfadada OJ, cujos principais pontos críticos são:

- 1- Dificuldade maior de acesso à prestação jurisdicional, com considerável atraso da fase instrutória, em face do distanciamento da localidade onde foi detectada e vivenciada a prática ilícita objeto da ACP, como ocorreria, p. ex., no caso de necessidade de oitiva de testemunhas;
- 2- Um possível comprometimento na melhor solução do litígio, em face da quebra do princípio da identidade física do magistrado, cuja preservação se revela muito cara à formação do convencimento do juiz, especialmente quando está em jogo a tutela de interesses coletivos;
- 3- Em ações civis públicas ajuizadas por determinados sindicatos, a aplicação da OJ 130 poderá, na prática, prejudicar ou simplesmente inviabilizar a defesa coletiva dos membros das categorias por eles representadas, notadamente quando essas entidades - pelas dimensões das respectivas bases territoriais - não atuarem no Distrito Federal (ou nas Capitais dos Estados) nem tiverem, pela falta ou escassez de recursos financeiros, condições de bancar o acompanhamento, à distância, de feitos cujo processamento e julgamento tenham sido, ao arrepio do art. 2º da Lei nº 7.347/85 e em afronta ao princípio do juiz natural, subtraídos ao exame dos órgãos efetivamente



competentes para a solução das controvérsias relativas aos direitos e interesses metaindividuais defendidos nessas causas;

4- Por fim, configura-se o engessamento das ações coletivas na Justiça do Trabalho, com prejuízos evidentes à toda a coletividade que se almeja beneficiar; além de tantos outros inconvenientes que só a prática forense distinguirá. (Fontes: Juris Síntese IOB, nº 56, jul/ago/2005)

Temos, pois, que entendimento consubstanciado na OJ 130 está em dissonância com os princípios e fundamentos que norteiam as ações coletivas e do próprio processo do trabalho, em especial no tocante ao acesso à Justiça e ao foro mais favorável para a colheita das provas, contrapondo-se, frontalmente, à intenção do legislador ao ditar a competência territorial/funcional inscrita no art. 2º da Lei nº 7.347/85.

Isso é o que também assevera Ronaldo Lima dos Santos, mestre e doutor em Direito pela USP, em artigo publicado na Revista Ltr. 71-03/368.

**Sirvo-me, ainda, do conteúdo do texto publicado no Juris Síntese nº 56, de out/nov/2005, da lavra do eminente Procurador do Trabalho Márcio Roberto de Freitas Evangelista, acerca do tema Competência Territorial em Ação Civil Pública - Necessidade de Imediata Revisão da Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDBI-2 do TST, em que conclui com as seguintes observações:**

Primeira: a competência territorial em ação civil pública é de natureza funcional e, portanto, absoluta (Lei nº 7.347/85, art. 2º). Logo, não admite prorrogação;

Segunda: ao ditar a competência territorial/funcional inscrita no art. 2º da Lei nº 7.347/85, o legislador teve em mira dois objetivos básicos: (a) facilitar o acesso à tutela jurisdicional coletiva: primeiro, permitindo que os co-legitimados para o ajuizamento da ação civil pública demandem no próprio foro (ou em um dos foros) em que verificado o dano; segundo, propiciando uma maior agilidade e segurança na coleta dos elementos de convicção imprescindíveis ao julgamento da ação civil pública; (b) cometer a solução do litígio a magistrado que, pela proximidade com os fatos discutidos na causa, ostenta, naturalmente, superior aptidão cognoscitiva e decisória em relação a juízes de outras localidades não atingidas pela lesão ou ameaça de lesão combatida na ACP;

Terceira: nenhum juízo poderá, validamente (Lei nº 7.347/85, art. 19; CPC, arts. 113, § 2º, e 485, II), processar ação civil pública sem que detenha competência territorial/funcional abrangente (a) do local (ou de um dos locais) do dano ou, na hipótese de tutela preventiva, (b) do lugar (ou de um dos lugares) em que, pelas circunstâncias do caso, haja fundado receio de que o dano nele(s) deva ocorrer. Afinal, tanto a violação quanto a ameaça a direito ensejam a busca da tutela jurisdicional (princípio da infastabilidade da jurisdição, CF, art. 5º, XXXV);

Quarta: se houver conflito entre juízos igualmente competentes, vale dizer, entre juízos pertencentes a qualquer dos foros em que verificada a ameaça, a ação ou a omissão

lesiva do réu, será ele (o conflito) dirimido pelo critério da prevenção, aplicando-se ao caso a regra insculpida no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.347/85;

Quinta: conquanto entenda ser incabível e desnecessária, em sede de ação civil pública, a invocação do art. 93 do CDC - dispositivo aplicável apenas à ação civil coletiva voltada à fixação de responsabilidade genérica do infrator pelos danos individualmente causados (CDC, arts. 91 e 95) -, penso que, se visualizado o art. 93 (incisos I e II) do CDC como preceito definidor de competências concorrentes, nenhum prejuízo de ordem prática será imposto, nos casos concretos, ao acesso à tutela coletiva, pois, independentemente da dimensão do dano combatido (local, regional ou nacional), os co-legitimados para o ajuizamento da demanda (Lei nº 7.347/85, art. 5º) poderão eleger, entre os foros concorrentemente competentes, aquele perante o qual deduzirá a sua pretensão. O que, entretanto, não se pode conceber - para que fique bem clara a posição ora assumida - é a competência do foro do Distrito Federal ou da Capital de algum Estado quando, mesmo sendo nacional ou regional o dano, não chega a lesão (ou ameaça de lesão) a atingir quaisquer pessoas ou coletividades dos locais abrangidos pela competência territorial de tais foros;

Sexta: além de o art. 93 do CDC ser inaplicável à ação civil pública, a errônea exegese emprestada pelo TST a essa norma criará (como já vem criando) sérios embaraços à efetividade da tutela jurisdicional coletiva e levará, em algumas circunstâncias, a resultados inaceitáveis e verdadeiramente absurdos, dificultando não apenas a atuação processual das partes como o próprio exercício da jurisdição. Daí a urgente necessidade de revisão do posicionamento firmado na Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDBI-2 do Tribunal Superior do Trabalho.

Portanto, há razões de sobra para entender que a 5ª Vara do Trabalho desta Capital, por distribuição, tem competência para processar e julgar a presente Ação Civil Pública.

Rejeito a preliminar.

DEMAIS PRELIMINARES (NULIDADE)

De acordo.

MÉRITO

RECURSOS DOS DEMANDADOS

Análise conjunta.

De acordo, ressaltando que, apesar de não existir norma específica que vede a terceirização de atividade-fim da empresa, o que comporta grande controvérsia na doutrina, nos termos da jurisprudência consolidada do TST (Súmula nº 331), tenho como impossível tal proposição.

## RECURSO ADESIVO DO MPT

### DIVERGÊNCIA

Ao contrário do exposto pela eminente Juíza Relatora, entendo que não existe óbice para que em sede de execução provisória seja cumprida obrigação de fazer imposta aos reclamados.

Ora, se inclusive diante de decisão liminar, de caráter precário, é patente a possibilidade de execução de obrigação de fazer, não se justifica que, após pronunciamento de mérito, em que há a apreciação exauriente de toda a matéria controvertida posta em juízo, se imponha obstáculo ao cumprimento de tal espécie de obrigação, principalmente quando se afigura plausível a ocorrência de danos para os trabalhadores vinculados à atividade.

A propósito, dispõe o CPC, em seu art. 461, que:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

(...)

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994).

Nesse norte, seja sob o ângulo apontado pelo recorrente, aplicação do art. 12 da Lei da Ação Civil Pública, seja em face das diretrizes normativas do CPC, inclusive as expressas no art. 273, não vislumbro óbice ao imediato cumprimento da obrigação imposta às empresas demandadas, mormente porque constata-se a presença dos

requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela postulada pelo autor, consoante acima exposto.

Atente-se para o fato de que a presente ação foi proposta em 14/09/2009, havendo a decisão sido proferida em 15/12/2006, estipulando um prazo de 60 dias para cumprimento da obrigação, fato protraído até esta data, em face da interposição dos recursos sob exame.

Isto posto, dou provimento parcial ao recurso adesivo do Ministério Público, para reformar a decisão de origem e, antecipando os efeitos da tutela jurisdicional, determinar o imediato cumprimento da obrigação de fazer imposta às demandadas na presente ação, especificamente à fl. 696.

EDVALDO DE ANDRADE

Juiz Revisor